

MERCADOS

Ibovespa cai 0,67%, aos 120,2 mil pontos, e recua 1,50% na semana

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

O Ibovespa encerrou a última semana do ano em queda, colocando a perda acumulada no mês a mais de 4% e a do ano, na casa de 10%. Faltando apenas o pregão da segunda-feira para o término de 2024, a B3 acentuou nesta sexta-feira perdas em direção ao fechamento, em baixa de 0,67%, aos 120.269,31 pontos, bem mais perto da mínima (120.252,07) do que da máxima (121.609,40) da sessão, em que saiu de abertura aos 121.077,60 pontos.

O giro ficou em R\$ 17,2 bilhões nesta sexta-feira, em que o Ibovespa emendou a terceira perda semanal - nas últimas dez semanas, avançou em apenas duas, no intervalo que retrocede a 21 de outubro.

Após baixas de 2,01% e de 1,06% nas semanas anteriores, o índice acrescentou 1,50% de retração no período que chega ao fim, colocando a perda de dezembro até aqui a 4,30% e a do ano a 10,37%. As ações de maior peso e liquidez, que na quinta-feira haviam avançado, devolveram o movimento, entre as quais as de commodities e as de bancos. Na ponta perdadora do Ibovespa, Vamos (-7,17%), Carrefour (-4,62%) e LWSA (-3,30%). No lado oposto, Brava (+10,64%), Petz (+3,75%) e Automob (+2,94%).

Na contramão do petróleo, em alta superior a 1% na sessão para o Brent e o WTI, Petrobras cedeu na ON (-1,12%) e na PN (-0,31%), subindo ainda 19,51% e 16,23%, respectivamente, no ano, mas cedendo 2,56% e 1,44%, pela ordem, no mês - na semana, tiveram ganhos de 0,86% e 0,08%. Vale ON chegou a tentar virada no meio da tarde, mas fechou ainda em baixa, de 0,49%. Na semana, a ação da mineradora subiu 0,22%, ainda cedendo 6,17% no mês e 23,05% no ano.

O nível de fechamento do Ibovespa nesta penúltima sessão do ano foi o mais baixo desde 19 de junho, então aos 120.261,34 pontos. Apesar do ingresso líquido de R\$ 2,131 bilhões em recursos estrangeiros na B3 em dezembro, o capital externo acumula saída de R\$ 31,681 bilhões em 2024, conforme dados atualizados até o dia 23.

Sem atuação do BC, dólar volta a subir e fecha a R\$ 6,19

EDUARDO LAGUNA/AE

Sem leilões do Banco Central (BC), o mercado de câmbio voltou a acompanhar no Brasil o movimento de valorização do dólar frente às moedas de economias emergentes. Dados fracos da indústria na China, principal destino das commodities industriais, e a alta leve nos juros pagos pelos Treasuries sustentaram mais um dia de fortalecimento da moeda norte-americana no mundo.

Já entre as explicações domésticas ao comportamento do câmbio nesta sexta-feira, operadores citam fatores técnicos, relacionados à rolagem de contratos cambiais futuros, e remessas ao exterior de lucros e dividendos de investimentos no Brasil.

Em Nova York, as perdas nos principais índices foram nesta sexta-feira a 1,49% (Nasdaq), com moderada variação na semana, entre +0,35% (Dow Jones) e +0,76% (Nasdaq).

Destaques da agenda doméstica nesta sexta-feira, o IPCA-15 de dezembro, considerado a prévia da inflação oficial do mês, encerrou 2024 com variação de 4,71%, acima do teto da meta, de 4,5%. Em dezembro, subiu 0,34%.

"Embora com uma variação em dezembro abaixo das expectativas, o último IPCA-15 do ano confirmou que 2024 foi marcado por pressões inflacionárias consideráveis do ponto de vista de demanda", diz Helena Veronese, economista-chefe da B.Side Investimentos. "A divulgação de hoje (sexta-feira) não muda em nada as perspectivas de uma política monetária apertada ao longo do primeiro semestre de 2025", acrescenta a economista.

Ela menciona que, a despeito da leitura mais baixa e de uma composição benigna no IPCA-15, há "pressões relevantes contratadas para a inflação de curto prazo", com nível de ocupação no mercado de trabalho em máximas históricas e crescimento do rendimento médio real.

No noticiário de Brasília, conforme antecipado na quinta-feira à noite pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), a Câmara dos Deputados enviou nesta sexta documento ao Supremo Tribunal Federal (STF), em resposta à determinação do ministro Flávio Dino de bloquear R\$ 4,2 bilhões em emendas parlamentares na última segunda-feira, 23, alegando falta de transparência.

O documento cita que o procedimento adotado pelos líderes da Câmara foi considerado legal, mencionando pareceres da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Casa Civil, além da análise de quatro ministérios - Fazenda, Planejamento, Gestão e Relações Institucionais. Ao determinar a suspensão, Dino avalia que houve "apadrinhamento" das emendas por líderes partidários, o que, na prática, impede a identificação dos parlamentares que fizeram os pedidos de distribuição.

Assim, após bater a máxima de R\$ 6,2154 e marcar valorização de 0,58% nos dez primeiros minutos do pregão, o dólar teve uma breve queda ainda na primeira hora da sessão. Chegou a R\$ 6,1712 (-0,13%), a mínima do dia, sob a influência da primeira coleta de taxas para a formação da Ptax diária, a penúltima de 2024. No resto do pregão, no entanto, voltou ao terreno positivo, com a moeda norte-americana marcando alta de 0,22%, a R\$ 6,1931, no fechamento desta sexta-feira.

Economista-chefe da Monte Bravo, Luciano Costa comenta que, sem injeção de liquidez do BC, o desempenho do real ficou mais próximo de seus pares emergentes.

TRABALHO

CRISTINA INDIO DO BRASIL/ABRASIL

A taxa de desocupação no Brasil chegou a 6,1%, com recuo de 0,5 ponto percentual no trimestre encerrado em novembro. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é a menor taxa da série histórica da PNAD Contínua, iniciada no primeiro trimestre de 2012. A queda é em comparação ao trimestre de junho a agosto, quando ficou em 6,6% e caiu 1,4 ponto percentual em relação ao mesmo trimestre de 2023, que foi de 7,5%.

A taxa equivale a 6,8 milhões de pessoas em busca de emprego no país, o que representa o menor contingente desde o trimestre terminado em dezembro de 2014. Em um trimestre, 510 mil pessoas deixaram o desemprego. Ante o mesmo trimestre de 2023, 1,4 milhão de pessoas saíram da população desocupada.

A pesquisa indicou ainda que a taxa de desocupação alcançou 8,8 pontos percentuais abaixo do recorde da série histórica da PNAD Contínua, que ficou em 14,9%, atingido no trimestre encerrado em setembro de 2020. Já o número de desocupados está 55,6% abaixo do recorde da série de 15,3 milhões, verificado no primeiro trimestre de 2021. Os dois períodos foram durante a pandemia da covid-19.

As pessoas ocupadas somaram 103,9 milhões, sendo um novo recorde no país. Antes disso, essa população havia caído ao menor contingente na série histórica, somando 82,6 milhões no trimestre encerrado em agosto de 2020. De lá para cá, houve alta de 25,8%, o equivalente a 21,3 milhões de pessoas a mais no mercado de trabalho.

Com o desempenho da ocupação no trimestre terminado em novembro, o Brasil tem recorde também entre os empregados no setor privado, que atingiu 53,5 milhões, e os trabalhadores com carteira assinada,

CRISTINA INDIO DO BRASIL/ABRASIL

A trajetória declinante da taxa de desemprego que vem ocorrendo em 2024 é consistente, afirma a coordenadora de Pesquisas Domiciliares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Adriana Beringuy. O recuo ocorre desde o trimestre encerrado em fevereiro de 2024 até o período terminado em novembro.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, elaborada pelo IBGE, o percentual saiu de 7,8%, no trimestre encerrado em fevereiro para 6,1% no período entre setembro e novembro deste ano, que representa o menor patamar da série histórica iniciada em 2012.

"Pelo movimento que temos em 2024, é bem consistente e mostra justamente a capacidade do mercado de trabalho brasileiro que, mesmo com toda a sua diversidade, tem um contingente

que alcançaram 39,1 milhões. No setor público foram 12,8 milhões de trabalhadores.

Segundo o IBGE, o nível de ocupação, que é a proporção de pessoas com 14 anos de idade ou mais que estavam trabalhando, foi recorde também, chegando a 58,8%. "O ano de 2024 caminha para o registro de recordes na expansão do mercado de trabalho brasileiro, impulsionado pelo crescimento dos empregados formais e informais", disse a coordenadora de Pesquisas Domiciliares do IBGE, Adriana Beringuy.

INFORMALIDADE

Outro dado da pesquisa é sobre o número de empregados sem carteira assinada, que não teve variação significativa no trimestre e permaneceu em 14,4 milhões. Já o total de trabalha-

dores por conta própria avançou 1,8% no trimestre ou 25,9 milhões e ficou estável no ano. Com 38,7%, a taxa de informalidade equivale a 40,3 milhões de trabalhadores. "Essa taxa está ligeiramente abaixo da registrada no trimestre anterior (38,8%) e foi menor que a do mesmo período de 2023 (39,2%)", informou o IBGE.

A alta da ocupação foi puxada por quatro dos dez grupos de atividade investigados pela pesquisa. A indústria subiu 2,4%, ou seja, mais 309 mil pessoas; a construção se expandiu em 3,6%, mais 269 mil pessoas; o setor de administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais avançou 1,2%, mais 215 mil pessoas; e os serviços domésticos, com alta de 3%, empregaram mais 174 mil pessoas.

derar ao longo do ano de 2025. O movimento de manutenção da estabilidade vai depender do contexto macroeconômico e também do quanto as atividades econômicas vão demandar de população ocupada para manter este nível atual de consumo, como também, até mesmo, a sua própria expansão."

Segundo Adriana, cada atividade tem suas particularidades, como no caso da agricultura, atividade que demanda poucos trabalhadores e vem reduzindo ainda mais essa necessidade em função de questões climáticas. Há também a atividade da construção, que se expandiu bastante neste ano.

"Isso porque houve uma demanda maior de construção e de edificações. O setor de construção foi mais demandado, e a indústria também. Vai ser o comportamento dessas atividades econômicas, associado à renda dos trabalhadores, que vai realmente apontar, ou para a manutenção ou para a expansão

Caged registra a criação de 106,6 mil postos de trabalho em novembro

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O saldo de empregos formais subiu em novembro, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado nesta sexta-feira pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Foram criados 106.625 postos de trabalho com carteira assinada no último mês. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões. No acumulado do ano, foram abertas 2.224.102 vagas de empregos.

O estoque de empregos formais no país, que é a quantidade total de vínculos celetistas ativos, chegou a 47.741.377 em novembro, o que representa alta de 0,22% em relação ao mês anterior.

Na divisão por ramos de atividade, dois dos cinco setores pesquisados criaram empregos formais em novembro. A estatística foi liderada pelo comércio, com a abertura de 94.572 postos, todos concentrados na atividade de reparação de veículos automotores e motocicletas.

No setor de serviços, que teve 67.717 postos a mais, a criação de empregos foi puxada pelo segmento de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e adminis-

trativas, com a abertura de 40.118 postos formais.

Na construção civil, o nível de emprego diminuiu, com o fechamento de 30.091 postos, bem como na agropecuária, que registrou 18.887 vagas de trabalho a menos, em razão das características sazonais do setor.

A redução de 6.678 empregos formais na indústria foi puxada pela indústria de transformação, que eliminou 6.753 vagas no mês passado.

Das cinco regiões brasileiras, quatro criaram empregos com carteira assinada em novembro. O Sudeste liderou a abertura de vagas, com 53.677 postos a mais, seguido pelo Nordeste, com 25.557 postos. Em seguida, vem o Sul, com 24.952 postos. O Norte abriu 7.274 postos de trabalho, enquanto o Centro-Oeste fechou 7.960 vagas formais no mês passado.

Na divisão por unidades da federação, 21 das 27 registraram saldo positivo, em termos absolutos. Os destaques na criação de empregos foram São Paulo (38.562), Rio de Janeiro (13.810) e Rio Grande do Sul (11.865). Os estados com os números mais altos de fechamento de vagas foram Mato Grosso (7.852), Goiás (3.145) e Piauí (1.378).

Trajetória de queda na desocupação é consistente, diz coordenadora do IBGE

CRISTINA INDIO DO BRASIL/ABRASIL

A trajetória declinante da taxa de desemprego que vem ocorrendo em 2024 é consistente, afirma a coordenadora de Pesquisas Domiciliares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Adriana Beringuy. O recuo ocorre desde o trimestre encerrado em fevereiro de 2024 até o período terminado em novembro.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, elaborada pelo IBGE, o percentual saiu de 7,8%, no trimestre encerrado em fevereiro para 6,1% no período entre setembro e novembro deste ano, que representa o menor patamar da série histórica iniciada em 2012.

"Pelo movimento que temos em 2024, é bem consistente e mostra justamente a capacidade do mercado de trabalho brasileiro que, mesmo com toda a sua diversidade, tem um contingente

que alcançaram 39,1 milhões. No setor público foram 12,8 milhões de trabalhadores.

Segundo o IBGE, o nível de ocupação, que é a proporção de pessoas com 14 anos de idade ou mais que estavam trabalhando, foi recorde também, chegando a 58,8%. "O ano de 2024 caminha para o registro de recordes na expansão do mercado de trabalho brasileiro, impulsionado pelo crescimento dos empregados formais e informais", disse a coordenadora de Pesquisas Domiciliares do IBGE, Adriana Beringuy.

derar ao longo do ano de 2025. O movimento de manutenção da estabilidade vai depender do contexto macroeconômico e também do quanto as atividades econômicas vão demandar de população ocupada para manter este nível atual de consumo, como também, até mesmo, a sua própria expansão."

Segundo Adriana, cada atividade tem suas particularidades, como no caso da agricultura, atividade que demanda poucos trabalhadores e vem reduzindo ainda mais essa necessidade em função de questões climáticas. Há também a atividade da construção, que se expandiu bastante neste ano.

"Isso porque houve uma demanda maior de construção e de edificações. O setor de construção foi mais demandado, e a indústria também. Vai ser o comportamento dessas atividades econômicas, associado à renda dos trabalhadores, que vai realmente apontar, ou para a manutenção ou para a expansão

que alcançaram 39,1 milhões. No setor público foram 12,8 milhões de trabalhadores.

Segundo o IBGE, o nível de ocupação, que é a proporção de pessoas com 14 anos de idade ou mais que estavam trabalhando, foi recorde também, chegando a 58,8%. "O ano de 2024 caminha para o registro de recordes na expansão do mercado de trabalho brasileiro, impulsionado pelo crescimento dos empregados formais e informais", disse a coordenadora de Pesquisas Domiciliares do IBGE, Adriana Beringuy.

derar ao longo do ano de 2025. O movimento de manutenção da estabilidade vai depender do contexto macroeconômico e também do quanto as atividades econômicas vão demandar de população ocupada para manter este nível atual de consumo, como também, até mesmo, a sua própria expansão."

Segundo Adriana, cada atividade tem suas particularidades, como no caso da agricultura, atividade que demanda poucos trabalhadores e vem reduzindo ainda mais essa necessidade em função de questões climáticas. Há também a atividade da construção, que se expandiu bastante neste ano.

"Isso porque houve uma demanda maior de construção e de edificações. O setor de construção foi mais demandado, e a indústria também. Vai ser o comportamento dessas atividades econômicas, associado à renda dos trabalhadores, que vai realmente apontar, ou para a manutenção ou para a expansão

desse indicadores."

Ela acrescentou que, além das taxas quantitativas que vêm registrando recordes, existem características relacionadas à forma de inserção, como é o caso do crescimento do número de empregados com carteira assinada, ou ainda pelo patamar de rendimento que vem se mantendo em crescimento.

Adriana destacou ainda que o mercado de trabalho tem seus movimentos sazonais, como o que costuma ocorrer no início de cada ano, com registro de expansão do desemprego. "No início de cada ano, esse indicador vai expandir e depois recuar, mas, excluindo a sazonalidade, há fatores que podem realmente influenciar, seja a manutenção desse patamar bastante baixo da taxa de ocupação, sua manutenção, a continuidade de queda ou a sua expansão. Isso vai depender do desempenho das atividades econômicas que tem sido fundamental para esta resposta do mercado de trabalho."

Conforme o IBGE, a soma dessas atividades econômicas representou um ganho de 967 mil trabalhadores, no trimestre.

"A expansão da ocupação por meio de diversas atividades econômicas vem permitindo que tanto os trabalhadores de ocupações elementares quanto os de serviços profissionais mais avançados sejam demandados, expandindo o nível da ocupação geral da população ativa", explicou Adriana Beringuy.

O rendimento real habitual de todos os trabalhos atingiu R\$ 3.285, e ficou estável no trimestre, mas apresentou crescimento de 3,4% no ano. A massa de rendimento real habitual teve novo recorde, ao atingir R\$ 332,7 bilhões. A alta é de 2,1%, o que representa mais R\$ 7,1 bilhões no trimestre, e de 7,2%, mais R\$ 22,5 bilhões, no ano.

Diário do **Acionista**

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

IPCA - 15

Prévia da inflação oficial fecha o ano em 4,71%

VITOR ABDALA/ABRASIL

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15), que mede a prévia da inflação oficial, fechou o ano com uma taxa de 4,71%. O índice é semelhante ao registrado em 2023 (4,72%), ficando acima do teto da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é 4,50%. A informação é do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O grupo alimentação e bebidas puxou a inflação neste ano, com uma alta de preços acumulada de 8% no período. Entre os produtos com maiores aumentos no ano estão óleos e gorduras (20,42%), carnes (19,48%), frutas (14,18%), bebidas (13,11%), leites e derivados (11,10%) e cereais, leguminosas e oleaginosas (10,04%).

Em seguida, aparecem os grupos de despesa saúde e cuidados pessoais (6,03%) e educação (6,82%). Os demais grupos apresentaram as seguintes taxas: despesas pessoais (5,12%), habitação (3,44%), comunicação (2,99%), transportes (2,32%), vestuário (2,25%) e artigos de residência (0,83%).

DEZEMBRO

O IPCA-15 registrou taxa de

IGP-M sobe 0,94% em dezembro e encerra o ano em 6,54%, informa a FGV

DANIEL TOZZI MENDES/AE

O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) subiu 0,94% em dezembro, após alta de 1,30% em novembro, informando nesta sexta-feira a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com o resultado, o indicador encerra 2024 com alta de 6,54%. O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-M), que subiu 1,74% em novembro, teve alta de 1,21% nesta leitura. Com o resultado, o indicador de preços no atacado sobe 7,24% em 2024.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-M) subiu 0,12% em dezembro dentro do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M). Em novembro, o IPC-M havia subido 0,07% em novembro. Com o resultado, a inflação ao consumidor encerrou 2024

com alta de 4,02%.

Seis das oito classes de despesa que compõem o índice registraram aceleração no período: alimentação (1,01% para 1,09%), saúde e cuidados pessoais (0,16% para 0,20%), educação, leitura e recreação (-0,16% para -0,02%), transportes (0,14% para 0,30%), despesas diversas (0,49% para 0,85%) e comunicação (0,03% para 0,06%).

Em contrapartida, os grupos habitação (-0,93% para -1,08%) e vestuário (0,04% para -0,11%) exibiram quedas em suas taxas de variação.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-M) passou de aumento de 0,44% para avanço de 0,51% no período e encerrou o ano com alta acumulada de 6,34%, de acordo com a FGV.

0,34% em dezembro deste ano, ficando abaixo da prévia do mês anterior (0,62%) e de dezembro do ano passado (0,40%). Dos nove grupos de despesas, cinco tiveram alta na prévia de dezembro deste ano.

Segundo IBGE, alimentação e bebidas apresentou o maior impacto no mês, com taxa de infla-

ção de 1,47%, devido a itens como óleo de soja (9,21%), alcatra (9,02%), contrafile (8,33%) e carne de porco (8,14%).

Outros grupos de despesa com altas importantes foram despesas pessoais (1,36%) e transportes (0,46%). O grupo habitação, com deflação de 1,32%, ajudou a frear a prévia

da inflação em dezembro, puxada pela energia elétrica residencial, cujo preço recuou 5,72%, devido ao retorno da vigência da bandeira tarifária verde no primeiro dia do mês. O IPCA-15 trimestral, também conhecido como IPCA-E, registrou taxa de 1,51%, segundo o IBGE.

COMÉRCIO

Incertezas sobre o cenário de 2025 atual afetam confiança do empresário

DANIELA AMORIM/AE

O Índice de Confiança do Comércio (Icom) aumentou 0,6 ponto na passagem de novembro para dezembro, para 93,3 pontos, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) nesta sexta-feira. Em médias móveis trimestrais, o indicador cresceu 1,1 ponto.

"A confiança do comércio avança menos expressivamente este mês em decorrência do movimento oposto entre os horizontes temporais avaliados pela pesquisa. As avaliações sobre o momento atual atingem o maior nível desde o período anterior à pandemia, impulsionadas por um mercado de trabalho aquecido e pela melhora da renda das famílias. Apesar do desempenho mais positivo em 2024, as

expectativas encerram o ano abaixo do nível registrado em dezembro do ano passado. As incertezas sobre o cenário de 2025, especialmente em relação a fatores como câmbio, taxa básica de juros e o cenário fiscal, que afetam o varejo, continuam a preocupar os empresários", avaliou Geórgia Veloso, economista do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV).

Em dezembro, houve alta da confiança em dois dos seis principais segmentos do setor, puxada pela melhora da avaliação sobre o momento presente. O Índice de Situação Atual avançou 5 pontos em dezembro, para 99,9 pontos, maior nível desde março de 2020. O Índice de Expectativas encolheu 3,5 pontos, para 87,2 pontos.

A confiança do comércio encerrou o quarto trimestre com resultado 1,6 ponto acima do trimestre anterior. A FGV ressalta ainda que o indicador de confiança mostrou avanços ao longo de 2024, encerrando o ano em nível superior ao registrado no final de 2023. A melhora foi observada, principalmente, na avaliação sobre a situa-

ção atual.

"Em 2024, o cenário tem sido relativamente mais favorável para o varejo, com as avaliações sobre o momento mais positivas e já superando os níveis observados antes do desastre ambiental de maio, embora as expectativas ainda apresentem oscilações", completou Geórgia Veloso.

Central Geradora Eólica Seridó I S.A.

CNPJ/MF nº 38.263.175/0001-64 - NIRE 33.300.335.218

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de dezembro de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 26 de dezembro de 2024, na sede social da Sociedade, localizada na Avenida Almirante Júlio de Sá Birrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028, na cidade e estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028, às 09:00 horas. **2. Convocação e Presença:** Assembleias realizadas independentemente das formalidades de convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, tendo em vista o comparecimento do acionista detentor da totalidade do capital social, conforme o Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Foi escolhido para presidir os trabalhos o Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli e para secretariá-los o Sr. Guilherme Braga Lacerda. **4. Ordem do Dia:** (i) aprovar a redução de capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, com a consequente alteração do disposto no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (ii) alterar a diretoria da Companhia; e (iii) alterar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, para refletir eventuais deliberações decorrentes desta assembleia. **5. Deliberações:** O senhor acionista, após análise e discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia, deliberou, por: **5.1.** Aprovar a redução do capital social da Companhia em **R\$ 37.675.486,00** (trinta e sete milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e seis), por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia, passando o capital social, portanto, de **R\$ 144.624.241,00** (cento e quarenta e quatro milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e um reais), para **R\$ 106.948.755,00** (cento e seis milhões, novecentos e quarenta e oito mil, setecentos e cinquenta e cinco reais). **5.1.1.** Considerando que as ações em que se divide o capital social têm valor nominal, aprovar o cancelamento de **37.675.486** (trinta e sete milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e seis) ações ordinárias, nominativas, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 5º - O capital social totalmente subscrito e integralizado é R\$ 106.948.755,00 (cento e seis milhões, novecentos e quarenta e oito mil, setecentos e cinquenta e cinco reais) dividido em 106.948.755 (cento e seis milhões, novecentos e quarenta e oito mil, setecentos e cinquenta e cinco) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.**" **5.1.2.** Registrar que a totalidade do montante reduzido, ora aprovado, será pago a sua única acionista, **Mirante Energéticas S.A. 5.1.3.** Face ao que dispõe o artigo 174 da Lei nº 6.404/76, a redução do capital social da Companhia e as alterações estatutárias relacionadas com a redução do capital só se tornarão eficazes após o decurso do prazo de 60 (sessenta) dias contado da publicação desta ata no **Jornal Diário do Acionista**, nos termos do artigo 289 da Lei nº 6.404/76. **5.2.** Consignar que Sr. **Marcio Varella Calux**, eleito na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24 de setembro de 2024, não foi reeleito. **5.3.** Para compor a Diretoria da Companhia, **eleger** o senhor: (i) **Carlos Guerra Farias**, natural do México, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade RG nº V617415A, expedido pelo DEPMAF/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 233.668.438-10, para ocupar o cargo de **Diretor Financeiro**, com prazo de gestão de 02 (dois) anos a contar da última Assembleia Geral Ordinária, e em conformidade com o artigo 12, § 1º do Estatuto Social. **5.3.1.** Os Diretores, ora eleitos, declaram que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. A formalização da referida eleição se dará mediante assinatura do termo de posse nos prazos e normas previstos no Artigo 149 da Lei nº 6.404/76 e no Artigo 12, parágrafo segundo do Estatuto Social. **5.4.** Resolve consolidar a redação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do "Anexo I". **6. Encerramento e Lavratura:** O Sr. Presidente colocou a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso. Não havendo nenhuma manifestação, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi devidamente assinada pelo(s) acionista(s) e pelos integrantes da mesa que a presidiram. Rio de Janeiro, RJ, 26 de dezembro de 2024. **Mesa: Carlos Gustavo Nogari Andrioli - Presidente; Guilherme Braga Lacerda - Secretário. Acionista: Mirante Energética S.A.** (representada por Carlos Gustavo Nogari Andrioli e p.p. Guilherme Braga Lacerda).

AGÊNCIA ESTADO

A Apple pode ser a primeira empresa a atingir o marco de valor de mercado de US\$ 4 trilhões, superando outros gigantes da tecnologia que apresentam crescimento mais rápido.

Os investidores estão de olho na fabricante do iPhone, à medida que seu valor de capitalização se aproxima de US\$ 4 trilhões. Atingir isso seria monumental, já que nenhuma outra empresa teve um valor de mercado tão grande.

O caminho para US\$ 4 trilhões nem sempre estava telegrafado para este ano. No início de 2024, as ações da Apple lutavam para acompanhar seus pares do bloco Sete Magníficas. Enquanto os investidores compravam ações expostas à inteligência artificial generativa, as ações da Apple ficaram para trás, pois a empresa manteve seus projetos de IA em segredo. Só em junho é que a companhia anunciou iniciativas de geração de IA na Worldwide Developers Conference.

Desde então, ocorreram idas e vindas sobre o quão entusiasmados os investidores deveriam estar em relação ao futuro da inteligência artificial da Apple. O lançamento do

Apple Intelligence - software de IA da empresa - tem sido lento, e Wall Street ainda está aguardando dados que mostrem que um grande ciclo de atualização do iPhone para obter acesso a esse software já começou.

Grande parte da recuperação das ações nas últimas semanas pode ser atribuída a investidores que apostam na integração em massa da Apple Intelligence no futuro. O analista do JPMorgan, Samik Chatterjee, escreveu em nota no início deste mês que o lançamento do iPhone 17 tem o potencial de impulsionar as vendas do iPhone de 230 milhões de unidades no ano fiscal de 2025 da Apple para 251 milhões no ano fiscal de 2026. Ele avalia as ações da Apple com recomendação de peso acima da média (overweight) com um preço-alvo de US\$ 265.

O crescimento das receitas da Apple tem sido muito mais lento do que o de outros gigantes da tecnologia, que também estão atingindo altos patamares de capitalização de mercado. A fabricante de semicondutores Nvidia tem um valor de mercado de US\$ 3,3 trilhões, enquanto a Microsoft está com US\$ 3,19 trilhões.

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
MINISTÉRIO DA DEFESA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90073/2024

A União por intermédio da Escola Superior de Guerra - Ministério da Defesa torna Público, para conhecimento dos interessados, através do Pregoeiro nomeado na Portaria ESG/SLIC-MD nº 3040, de 17 de junho de 2024, que irá realizar licitação, na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo Menor Preço do Grupo, tendo por finalidade a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software de antivírus (Licença Subscrição por 36 meses), com instalação/migração e treinamento. A sessão pública será realizada no dia 13 de janeiro de 2024, às 09:00 horas, na forma eletrônica, no portal de compras do governo federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

Central Geradora Eólica Seridó XI S.A.

CNPJ/MF nº 36.641.855/0001-49 - NIRE 33.300.341.226

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de dezembro de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 26 de dezembro de 2024, na sede social da Sociedade, localizada na Avenida Almirante Júlio de Sá Birrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028, na cidade e estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028, às 10:10 horas. **2. Convocação e Presença:** Assembleias realizadas independentemente das formalidades de convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, tendo em vista o comparecimento dos acionistas detentores da totalidade do capital social, conforme o Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Foi escolhido para presidir os trabalhos o Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli e para secretariá-los o Sr. Guilherme Braga Lacerda. **4. Ordem do Dia:** (i) aprovar a redução de capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, com a consequente alteração do disposto no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (ii) alterar a diretoria da Companhia; e (iii) alterar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, para refletir eventuais deliberações decorrentes desta assembleia. **5. Deliberações:** Os senhores acionistas, após análise e discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia, deliberam, por: **5.1.** Aprovar a redução do capital social da Companhia em **R\$ 7.460.398,00** (sete milhões, quatrocentos e sessenta mil, trezentos e noventa e oito reais), por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia, passando o capital social, portanto, de **R\$ 82.838.737,00** (oitenta e dois milhões, oitocentos e trinta e oito mil, setecentos e trinta e sete reais), para **R\$ 75.378.339,00** (setenta e cinco milhões, trezentos e setenta e oito mil, trezentos e trinta e nove reais). **5.1.1.** Considerando que as ações em que se divide o capital social têm valor nominal, aprovar o cancelamento de **7.460.398** (sete milhões, quatrocentos e sessenta mil, trezentos e noventa e oito) ações ordinárias, nominativas, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 5º - O capital social totalmente subscrito e integralizado é R\$ 75.378.339,00 (setenta e cinco milhões, trezentos e setenta e oito mil, trezentos e trinta e nove reais) dividido em 75.378.339 (setenta e cinco milhões, trezentos e setenta e oito mil, trezentos e trinta e nove) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.**" **5.1.2.** Consignar que o valor da redução de capital acima aprovada será pago aos acionistas da Companhia, na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores:

Acionistas	Qtde de Ações Ordinárias	%	Montante Reduzido (em R\$)
Mirante Energética S.A.	82.838.736	99,9999988	7.460.397,91
Duas Lagoas Energética S.A.	1	0,0000012	0,09
Total	82.838.737	100	7.460.398,00

5.1.3. Registrar que o acionista **Duas Lagoas Energética S.A.** manifestou sua renúncia à parcela que lhe cabe em favor do acionista **Mirante Energética S.A. 5.1.3.** Face ao que dispõe o artigo 174 da Lei nº 6.404/76, a redução do capital social da Companhia e as alterações estatutárias relacionadas com a redução do capital só se tornarão eficazes após o decurso do prazo de 60 (sessenta) dias contado da publicação desta ata no **Jornal Diário do Acionista**, nos termos do artigo 289 da Lei nº 6.404/76. **5.2.** Consignar que Sr. **Marcio Varella Calux**, eleito na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24 de setembro de 2024, não foi reeleito. **5.3.** Para compor a Diretoria da Companhia, **eleger** o senhor: (i) **Carlos Guerra Farias**, natural do México, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade RG nº V617415A, expedido pelo DEPMAF/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 233.668.438-10, para ocupar o cargo de **Diretor Vice-Presidente**, com prazo de gestão de 02 (dois) anos a contar da última Assembleia Geral Ordinária, e em conformidade com o artigo 12, § 1º do Estatuto Social. **5.3.1.** Os Diretores, ora eleitos, declaram que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. A formalização da referida eleição se dará mediante assinatura do termo de posse nos prazos e normas previstos no Artigo 149 da Lei nº 6.404/76 e no Artigo 12, parágrafo segundo do Estatuto Social. **5.4.** Resolve consolidar a redação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do "Anexo I". **6. Encerramento e Lavratura:** O Sr. Presidente colocou a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso. Não havendo nenhuma manifestação, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi devidamente assinada pelo(s) acionista(s) e pelos integrantes da mesa que a presidiram. Rio de Janeiro, RJ, 26 de dezembro de 2024. (ass.): **Mesa: Carlos Gustavo Nogari Andrioli - Presidente; Guilherme Braga Lacerda - Secretário. Acionistas: Mirante Energética S.A.** (representada por Carlos Gustavo Nogari Andrioli e p.p. Guilherme Braga Lacerda); **Duas Lagoas Energética S.A.** (representada por Carlos Gustavo Nogari Andrioli e p.p. Guilherme Braga Lacerda).

TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S/A

CNPJ/MF nº 10.938.103/0001-50 - NIRE 333.0033445-9

EDITAL DE CONVOCACÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S/A, sociedade anônima, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, sala 1.801 (parte), Botafogo, CEP 22.250-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.938.103/0001-50 ("Companhia"), na forma do art. 12 do Estatuto Social da Companhia, a se reunir em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 06 de janeiro de 2025, às 15:00h, NA MODALIDADE ASSEMBLEIA DIGITAL, nos termos da Seção VIII, do Capítulo II, do Anexo V, da IN DREI nº 81/2020, sendo considerada realizada na sede da Companhia para os fins legais, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Deliberar sobre a aprovação da reversão de R\$ 2.068.493,78 (dois milhões sessenta e oito mil quatrocentos e noventa e três reais e setenta e oito centavos) da reserva de retenção de lucros constituída nos termos da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 28/04/2022, para fins de distribuição de dividendos a serem pagos até dia 08/01/2025 no importe de R\$ 1.868.884,13 (um milhão oitocentos e sessenta e oito mil oitocentos e oitenta e treze centavos) ao acionista V2I Energia SA e R\$ 199.609,65 (cento e noventa e nove mil seiscentos e nove reais e sessenta e cinco centavos) ao acionista Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEETE-GT; (ii) tomar conhecimento da renúncia apresentada pela Sra. Cynthia Sisonetto Lemos, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade nº 122.255, expedida pela OAB/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 929.477.003-68, com o escritório na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, 5º andar, parte, Leblon, CEP 22.431-002, ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (iii) eleger como membros do Conselho de Administração da Companhia para exercício de mandato unificado até 02 de maio de 2026: (i) Sr. José Guilherme Cruz Souza, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 835772, expedida pelo SSP/ES, inscrito no CPF/ME sob o nº 003.669.617-05, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (ii) Sr. Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes, brasileiro, solteiro, economista, portador da carteira de identidade nº 20.258.230-0, expedida pelo DIC/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 124.312.427-06, para o cargo de membro de Conselho de Administração da Companhia e (iii) Sr. Rodrigo Costa Rocha, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 64842263, inscrito no CPF/ME sob o nº 005.456.317-85, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, todos com o escritório na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Bartolomeu Mitre nº 336, 5º andar, parte, Leblon, CEP 22.431-002. A assembleia será realizada na modalidade digital e a participação dos acionistas será apenas a distância, por meio de sistema eletrônico, nos termos da Seção VIII, do Capítulo II, do Anexo V, da IN DREI nº 81/2020, mediante utilização da plataforma Microsoft Teams. A fim de viabilizar o acesso à plataforma, os acionistas deverão enviar solicitação à Companhia pelo e-mail bruno.sieiro_ext@v2ienergia.com, com antecedência mínima de 30 minutos antes da realização da AGE (ou seja, até às 14:30hs do horário de Brasília no dia 06 de janeiro de 2025), com a documentação comprobatória dos poderes do participante. A Companhia enviará as respectivas instruções para acesso ao sistema eletrônico de participação na AGE aos acionistas que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 2024.

José Guilherme Cruz Souza

Presidente do Conselho de Administração



ANO NOVO

Rodovias concedidas devem receber até 3,8 milhões de veículos

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

Mais de 3,8 milhões de veículos devem trafegar pelas rodovias concedidas no estado de São Paulo, tanto em direção ao litoral quanto ao interior paulista, durante o feriado do Ano Novo. A estimativa é da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), que inicia na segunda-feira a contagem de saída da capital e da Grande São Paulo.

De acordo com as previsões, no Sistema Anchieta-Imigrantes, que liga a capital à Baixada Santista e ao litoral sul, a concessionária Ecovias estima que aproximadamente 875 mil veículos descerão a serra pelas rodovias Anchieta (SP-150) e Imigrantes (SP-160). Na Rodovia dos Tamoios (SP-099), que leva ao litoral norte, a previsão é que cerca de 242 mil veículos circulem entre os dias 30 de dezembro e 3 de janeiro.

Nos trechos sul e leste do Rodanel Mario Covas, administrados pela SPMar, espera-se a circulação de mais de 830 mil veículos. O trecho oeste, administrado pela RodoAnel, deve receber 968 mil veículos.

No Sistema Castello-Raposos, operado pela ViaOeste, é esperado fluxo de aproximadamente 677 mil veículos no período. No Sistema Anhanguera-Bandeirantes devem circular cerca de 802 mil veículos. Nas duas rodovias, o maior movimento deve ocorrer na segunda-feira, entre 16h e 18h, e na terça-feira,

das 11h às 12h.

No retorno do feriado de fim de ano, a Castello-Raposos deve registrar maior movimento na quarta-feira (dia 1º), entre 15h e 21h, e na quinta-feira, entre 8h e 11h. Já na Anhanguera-Bandeirantes, os horários de maior fluxo para a volta do feriado estão previstos para a quarta-feira, das 15h às 22h, e quinta-feira, das 8h às 11h.

No Corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto (SP-070), a expectativa da Ecopistas para o período é de que cerca de 963 mil de veículos passem pelas quatro praças de pedágio nos dois sentidos da rodovia. Pelas rodovias Pedro Eroles (SP-088), entre Arujá e Mogi das Cruzes, Dom Paulo Rolim Loureiro (SP-098), entre Mogi das Cruzes e Bertioga, Doutor Manuel Hipólito Rego (SP-055), entre Bertioga e Santos, e Padre Manuel da Nóbrega (SP-055), entre Praia Grande e Miracatu, que conectam os municípios do Alto Tietê à Baixada Santista e ao Vale do Ribeira, devem passar cerca de 302 mil veículos.

LITORAL

Segundo boletim Ecovias, desde a meia-noite de quinta-feira mais de 118 mil veículos desceram a serra em direção à Baixada Santista. No sentido São Paulo, a concessionária registrou a passagem de mais de 80 mil veículos. No início da manhã desta sexta-feira, entre 7h e as 8h, desceram mais de 5,7 mil veículos e subiram mais de 2,1 mil veículos.

PALÁCIO BANDEIRANTES

HENRIQUE SAMPAIO/AE

O vice-governador de São Paulo, Felício Ramuth (PSD), assumiu nesta sexta-feira o cargo de governador interino enquanto Tarcísio de Freitas (Republicanos) tira 15 dias de licença.

Segundo comunicado enviado à Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), o afastamento de Tarcísio, iniciado em 18 de dezembro, foi motivado por assuntos particulares, incluindo uma viagem ao exterior, onde o governador passa o recesso com a família. Ele deve retomar o cargo em 11 de janeiro.

Ramuth foi prefeito de São José dos Campos entre 2017 e 2022 antes de integrar a chapa de Tarcísio pelo PSD. Previamente, Ramuth teve uma longa carreira no PSDB, partido pelo qual atuou por 28 anos. É evangélico e tem formação em administração, com MBA em gestão pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Apesar de ter criticado Tarcísio e Jair Bolsonaro (PL) durante a pré-campanha, Ramuth alinhou-se ao grupo, chegando a participar de um ato pró-Bolsonaro na Avenida Paulista em fevereiro, na capital. Durante o evento, comentou sobre um suposto esforço do governo federal

para enfraquecer lideranças de direita.

A experiência administrativa de Ramuth inclui passagens como presidente da Urbanizadora Municipal de São José dos Campos (Urbam), secretário municipal de Transportes, secretário de projetos especiais de Comunicação e gestor de mobilidade urbana na Frente Nacional de Prefeitos.

No cenário político, Ramuth equilibra a convivência com bolsonaristas e a independência de seu partido. Durante as eleições municipais de 2024, apoiou Anderson Farias, (PSD) reeleito em São José dos Campos, enfrentando antigos aliados como

Eduardo Cury (PL).

Antes da política, sonhava em ser ator e dançarino. Estrelou a peça O Gênio do Crime, com Caco Ciocler, e se dedica à dança folclórica israelita.

Ramuth, que lidera ações do Estado na cracolândia, descarta ampliar estratégia de interação compulsória de usuários de droga e aposta no uso de câmeras inteligência no controle dos problemas da região. Quanto aos ataques de dependentes químicos a ônibus e caminhões de lixo em 2023, que geraram caos na região, Ramuth afirmou à época que foram "reações às ações corretas" do poder público.

PREFEITURA

Filha de Ives Gandra ocupará pasta de Relações Internacionais

ZECA FERREIRA/AE

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) anunciou a advogada Angela Gandra como a nova secretária municipal de Relações Internacionais. Ela assumirá o cargo no início do segundo mandato do emedebista, em janeiro. Desde a última segunda-feira, Nunes tem divulgado mudanças no secretariado, realocando aliados para abrir mais espaço ao bolsonarismo e a membros do PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, em sua gestão.

Filha do jurista Ives Gandra Martins, Angela é formada em direito pela Universidade de São Paulo (USP). Ela também é mestre e doutora em filosofia do direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com passagem pela Universidade de Harvard como pesquisadora visitante. Ao anunciar a advogada, Nunes destacou que Angela fala sete idiomas e tem uma "relação muito boa com o mundo".

De 2019 a 2022, Angela Gandra foi secretária nacional da família no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, durante a gestão de Jair Bolsonaro. Na época, era subordinada à então ministra Damares Alves (Republicanos), hoje senadora pelo Paraná, que a levou para o cargo devido a suas posições conservadoras.

Angela ganhou destaque em

Prefeito de Osasco será o novo secretário de Esportes

Geovani Bucci/AE

O prefeito reeleito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), anunciou que o prefeito de Osasco, Rogério Lins (Podemos), será o novo secretário de Esportes e Lazer da cidade em seu novo mandato de 2025 a 2028.

Além de ter sido vereador por duas vezes, Lins permaneceu oito anos à frente da prefeitura e conseguiu eleger o seu cunhado como sucessor, o deputado estadual Gerson Pessoa (Podemos), derrotando o ex-prefeito Emídio de Souza (PT) logo no primeiro turno. Assim que concluir seu segundo mandato, o prefeito passará a inte-

grar a gestão Nunes.

De seu histórico, consta uma prisão preventiva logo após a sua primeira vitória em 2016, quando foi eleito com discurso de renovação política. Lins e mais 13 vereadores foram acusados de contratar funcionários públicos fantasmas. Segundo o Ministério Público de São Paulo, foram estimados desvios de R\$ 21 milhões dos cofres públicos decorrentes desses atos.

No dia de Natal daquele ano, Lins se entregou após passar três semanas no exterior. Ele foi solto após pagar uma fiança de R\$ 300 mil e assumiu a Prefeitura de Osasco poucos dias depois. Lins negou as acusações.

TRANSPORTES

Tarifas do metrô e trens vão passar para R\$ 5,20

AGÊNCIA BRASIL

As tarifas dos transportes metropolitanos em São Paulo ficarão mais caras a partir de 6 de janeiro. Depois de o prefeito da cidade, Ricardo Nunes, anunciar o reajuste da passagem dos ônibus municipais, o governo do estado anunciou o aumento dos bilhetes do metrô e dos trens metropolitanos.

O aumento no preço dos bilhetes de trem e metrô foi de R\$ 0,20. A passagem, que custa R\$ 5, vai passar para R\$ 5,20, 4% a mais.

A Secretaria de Transportes Metropolitanos, em nota, informou que "o objetivo é garantir a eficiência e a seguran-

ça do sistema de transporte público, e o reajuste da tarifa é uma medida necessária para assegurar a continuidade desses padrões".

Para o usuário, o recarregamento do bilhete único sem o reajuste poderá ser feito até o dia 5 de janeiro. A partir daí, quando acabar o saldo antigo, os valores passarão para R\$ 5,20, valor da tarifa comum.

O novo valor da integração, para quem utiliza o bilhete único no ônibus e metrô, hoje em R\$ 8,20, ainda não foi divulgado. As gratuidades serão mantidas, valendo a isenção no metrô/CPTM para usuários acima dos 60 anos de idade e pessoas com deficiência.

SANTOS

Homem apontado como líder do PCC é preso ao desembarcar de navio

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

Um homem de 44 anos, apontado como líder da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), foi preso durante operação da Polícia Civil, ao desembarcar de um navio de cruzeiro, em Santos, no litoral de São Paulo. Segundo a polícia, Rogério Faria da Silva, conhecido como Morcego, voltava de uma viagem com a família no transatlântico. A reportagem entrou em contato com a defesa de Rogério, mas não obteve retorno.

De acordo com as investigações, o suspeito gerenciava a facção no interior de São Paulo. "O Rogério é uma liderança importante, é cofundador do PCC na nossa região (Limeira). Ele coordenava a chamada 'rota caipira' da droga. A cocaína saía da Bolívia ou do Paraguai, ficava escondida no que eles chamam

de 'chão' ou 'torre' aqui e, depois de negociada, segue para embarcar no Porto de Santos", explicou o delegado Leonardo Bürger, responsável pela operação.

A ação teve como objetivo combater o tráfico de drogas na Baixada Santista, atividade criminosa controlada pelo PCC. Segundo a polícia, o Porto de Santos é usado como rota para o envio de cocaína para o exterior.

Os agentes cumpriram dois mandatos de prisão temporária e dez mandatos de busca e apreensão em Limeira e na cidade do litoral. Uma casa no Residencial Morada das Acácias, em Limeira, funcionava como 'torre' da organização. No imóvel, os policiais encontraram 400 tijolos de cocaína - o equivalente a meia tonelada da droga. Os dois homens que estavam no local foram presos em flagrante.

Constitucional polonesa endurecer as restrições ao procedimento. Católica como o pai, sua família tem ligação com a Opus Dei, instituição vinculada à Igreja Católica conhecida por defender governos autoritários, geralmente de extrema direita.

Com a nomeação da advogada, a sigla de Nunes vai perder mais uma secretaria. O atual titular da pasta, o ex-deputado Ricardo Gomyde (MDB), deixará o cargo, que ocupou desde julho de 2024 após uma troca súbita no comando da pasta. Gomyde substituiu Aldo Rebelo (MDB), que liderou a secretaria breve-

mente após a saída de Marta Suplicy. Marta, então filiada ao MDB, deixou o governo para retornar ao PT e ser vice de Guilherme Boulos na disputa pela prefeitura.

Angela Gandra também é professora na Universidade Presbiteriana Mackenzie, gerente jurídica da Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP) e sócia do escritório Gandra Martins, com atuação em direito constitucional, tributário e societário. Além disso, é membro da Academia Brasileira de Filosofia e da Academia Paulista de Letras Jurídicas.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057853-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE E DA 2ª SÉRIE DA 91ª (NONAGÉSIMA PRIMEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos certificados de recebíveis imobiliários, das 1ª e 2ª séries, da 91ª (nonagésima primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na Cláusula 15.4.1 do "Termo de Securitização de Direitos Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários para a Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários, em 2 (duas) séries, da 91ª Emissão da Canal Companhia de Securitização", conforme aditado de tempos em tempos, firmando entre a Emissora e a TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade e estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 11º andar, Torre A, Itaim Bibi, CEP 04.538-133, inscrita no CNPJ sob o nº 67.030.395/0001-46, na qualidade de agente fiduciário dos CRI ("Agente Fiduciário"), a se reunir em 13 de janeiro de 2025, às 15:00 (quinze) horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado para conexão gerado pela Emissora, até 1 (uma) hora antes da Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), a fim de, em sede de Assembleia Especial, examinarem, discutirem e deliberarem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) Aprovar o Resgate Antecipado Facultativo, nos termos da Cláusula 4.5.8 do Termo de Emissão, com a dispensa do cumprimento da notificação à Securitizadora, com cópia ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias corridos em relação à data do efetivo resgate antecipado facultativo, bem como a dispensa de que resgate antecipado facultativo ocorra em uma Data de Pagamento; (ii) Caso aprovado o item "i" acima, aprovar a data do Resgate Antecipado Facultativo total, que deverá ocorrer até o dia 17 de janeiro de 2025 ficando estabelecido que a Devedora deverá enviar notificação à Securitizadora, com cópia ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 03 (três) Dias Úteis em relação à data do efetivo resgate antecipado facultativo; (iii) Caso aprovados os itens "i" e "ii" acima, aprovar o pagamento, pela Devedora, de um fee aos Titulares dos CRI, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) flat sobre o saldo devedor dos CRI da data do resgate ("Prêmio"); sendo certo que, caso este item seja aprovado, a Devedora deverá aportar o valor correspondente ao Prêmio junto ao Valor de Pagamento Antecipado (conforme definido no Termo de Emissão). (iv) A autorização para que a Securitizadora e o Agente Fiduciário realizem todos os atos e celebrem todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado nos itens acima. Instruções Gerais: A participação e a votação na Assembleia Especial serão realizadas à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme em vigor ("Resolução CVM 81"). Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail juridico@canalsecuritizacao.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: fiduciario@trusteedtm.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Especial. A Instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato ou estatuto social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "ii" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares de CRI que pretendem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identificação; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRI; e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Especial, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Especial, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRI, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário (fiduciario@trusteedtm.com.br) e da Securitizadora (juridico@canalsecuritizacao.com.br). Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais documentos da operação. São Paulo, 24 de dezembro de 2024.

Atenciosamente, Canal Companhia de Securitização

PACOTE FISCAL

Lula sanciona projeto de lei sobre o BPC, com dois vetos

LUCI RIBEIRO/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou nesta sexta-feira o projeto de lei que, entre outros pontos, altera regras para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), com dois vetos. O texto, publicado em edição extraordinária do Diário Oficial da União, é uma das medidas legislativas do chamado pacote fiscal do governo federal, elaborado pela equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para conter gastos. Lula vetou o trecho pelo qual era exigido atestar deficiência de grau moderado ou grave, nos termos de regulamento, para a concessão administrativa ou judicial do benefício.

Esse veto já era esperado. Durante a discussão do projeto no Senado, senadores pediram a

retirada do trecho. Para evitar que o projeto voltasse para análise da Câmara, já que a tramitação ocorreu de forma apertada nas duas Casas na última semana antes do recesso parlamentar, o relator do PL no Senado, Rogério Carvalho (PT-SE), sugeriu dividir os parágrafos do texto para permitir que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetasse o item especificamente sobre o grau da deficiência. Na ocasião, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), assegurou que o Executivo se comprometeria com o veto.

"A proposição legislativa contraria o interesse público, uma vez que poderia trazer insegurança jurídica em relação à concessão de benefícios", argumenta a Presidência da República no veto publicado no DOU.

O outro veto imposto por Lula anula a revogação prevista

pelo projeto de lei de um dispositivo da Lei do Programa Bolsa Família sobre o reingresso de beneficiários. "A proposição legislativa contraria o interesse público, uma vez que poderia suscitar insegurança jurídica em relação às regras de elegibilidade para reingressar no Programa Bolsa Família", diz a razão do veto.

O pacote de corte de gastos enviado pelo governo federal ao Congresso teve sua votação e aprovação concluída pelos parlamentares no último dia 20 de dezembro. Inicialmente, o governo estimava um impacto econômico de R\$ 71,9 bilhões em dois anos com as medidas. Após as modificações feitas pelo Congresso, no entanto, o potencial foi reduzido para R\$ 70 bilhões.

O Executivo enviou ao Congresso um pacote contendo três

propostas: um projeto de lei, que muda a regra do salário mínimo e estabelece mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC); um projeto de lei complementar, que cria "reforços" ao arcabouço fiscal e traz regras para emendas parlamentares; e uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que traz alterações no abono salarial e no Fundeb, disciplina os chamados "supersalários", prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU) e autoriza ajuste orçamentário em subsídios e subvenções.

A PEC foi promulgada ainda no dia 20 de dezembro pelo Congresso durante sessão solene. Nesta sexta-feira, o projeto foi sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Falta ainda a sanção do projeto de lei complementar do pacote, o que deve ocorrer nos próximos dias.

MEDIDAS CAUTELARES

Defesa nega irregularidade e pede soltura de Silveira

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A defesa de Daniel Silveira negou nesta sexta-feira que o ex-deputado tenha violado medidas cautelares durante o cumprimento do livramento condicional. Na quinta-feira, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes deu prazo de 48 horas para o ex-parlamentar explicar porque ficou fora de casa por cerca de dez horas e ainda foi a um shopping de Petrópolis (RJ), no último domingo.

Na manifestação enviada ao Supremo, os advogados alegaram que a decisão do ministro que estabeleceu a obrigação de recolhimento noturno não proibia Silveira de sair de casa durante o dia.

A defesa disse que houve erro de sintaxe na elaboração da decisão de Moraes. No documento, está escrito que Daniel Silveira estava proibido de ausentar-se da comarca e tinha a obrigação de recolher-se à residência no período noturno, das 22h00 às 6h00, bem como nos sábados, domingos e feriados.

"A expressão bem como nos sábados, domingos e feriados, segunda oração, está diretamente ligada ao horário das 22h às 6h, e não a qualquer proibição de se ausentar da residência em tais dias, de forma integral, como alegou levianamente. Ou seja, Daniel Silveira poderia circular livremente de segunda a segunda, com recolhimento noturno iniciando às 22h e encerrando-se às 6h", alegou a defesa.

Os advogados também discordaram das informações da Secretaria de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (Seap), que apontou diversas violações da área de cobertura da tornozeleira eletrônica.

"Como se vê, não há nenhum relato de violação por parte da Seap no relatório oficial encaminhado ao mesmo, sendo, portanto, inverídicas e levianas as acusações de violação para ir ao shopping, como fez questão de inserir, dando subsídios aos abutres da mídia para perseguirem Daniel Silveira, com sátiras e mentiras", completou a defesa.

Na última terça-feira, o ex-deputado foi preso pela Polícia Federal (PF) após descumprir a regra que estabelecia o horário das 22h para recolhimento noturno. A medida foi estabelecida no livramento condicional, benefício que foi revogado por Moraes após o episódio. Segundo o ministro, no último fim de semana Daniel Silveira deu entrada em um hospital, sem autorização judicial.

Segundo Moraes, Silveira não poderia passar o dia fora de sua residência. No entendimento do ministro, o comportamento demonstra que Silveira "ignorou" as condições do livramento condicional.

Em 2023, o ex-deputado foi condenado pelo STF a oito anos e nove meses de prisão pelos crimes de tentativa de impedir o livre exercício dos poderes e coação no curso do processo ao proferir ofensas e ameaças contra os ministros da Corte.

TENTATIVA DE GOLPE

Advogado de defesa quer acareação entre Braga Netto e Mauro Cid

ZECA FERREIRA/AE

O advogado do general da reserva Walter Souza Braga Netto, José Luis Oliveira Lima, afirmou nesta sexta-feira que o tenente-coronel Mauro Cid é um "mentiroso contumaz". Ele também declarou que pretende solicitar uma acareação - procedimento utilizado para confrontar informações prestadas à Justiça - entre seu cliente e Cid. O acordo de delação premiada de Cid é peça no inquérito que investiga uma tentativa de golpe de estado, no qual Braga Netto é investigado.

O advogado afirmou também que, após o Ministério Público Federal (MPF) apresentar a denúncia e os investigados se tornarem efetivamente réus, a participação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), no processo será questionada. De acordo com Lima, o motivo é o fato de o ministro ser parte envolvida como vítima, uma vez que o plano de golpe

previa o assassinato de Moares.

"Caso ele (Alexandre de Moraes) participe do julgamento, no momento oportuno terei que alegar a nulidade do julgamento com base em uma defesa técnica", disse Lima, acrescentando que sua preocupação é que o julgamento não seja político, mas, sim, técnico. "Realmente não fico confortável, após a apresentação da denúncia, que o ministro Alexandre de Moraes, que teria sido vítima desse suposto golpe, atue no julgamento", afirmou.

José Luis Oliveira Lima, conhecido como Juca, esclareceu também que solicitará o procedimento de apuração dos fatos assim que tiver acesso aos autos. "Vou pedir uma acareação entre Braga Netto e o Cid. Quero os dois ali, um na frente do outro", disse. Ele sugeriu ainda que a delação premiada do tenente-coronel, homologada pelo ministro Alexandre de Moraes, teria sido feita sob coação policial,

após Cid permanecer preso por mais de 100 dias.

Ele também afirmou que a decisão do ministro Alexandre de Moraes de prender Braga Netto sob a acusação de obstrução da Justiça é "desprovida de prova concreta". O advogado argumentou que o ministro teria sido induzido ao erro por um relatório enviesado produzido pela Polícia Federal.

"Preciso registrar, evidentemente, o meu respeito pelo Supremo, pela Polícia Federal e pelo ministro Alexandre de Moraes. (Mas Moraes) é humano e humano também erra", declarou o advogado, que conta com mais de três décadas de experiência e trânsito nos tribunais superiores do país. Lima já trabalhou em casos de grande repercussão. Ele defendeu nomes como o ex-ministro José Dirceu, o ex-presidente da Caixa Pedro Guimarães e o humorista Marcio Melhem.

Porém, ao ser questionado

por jornalistas, o advogado evitou responder diretamente. Durante a entrevista, Lima indicou que a defesa de Braga Netto tentará desacreditar a delação premiada de Cid, tratando o tenente-coronel como mentiroso. O advogado foi lembrado de que as acusações contra o general não se baseiam apenas nas declarações de Cid, mas também em documentos e provas concretas.

Um exemplo citado foi uma conversa entre Braga Netto e um agitador, no contexto de pressionar comandantes das Forças Armadas a aderirem ao golpe para manter Jair Bolsonaro no poder. Quando confrontado com essas provas, o advogado se esquivou, afirmando não ter tido acesso aos autos e que, se entrasse nesse debate, estaria atuando como comentarista, não como advogado. Ele também afirmou ter conversado com Braga Netto apenas cinco vezes e estar à frente da defesa do general há apenas dez dias.

ENCHENTES

RS terá fundo de R\$ 6,5 bi para recuperar infraestrutura

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Três dias depois da edição de um crédito extraordinário para áreas afetadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva oficializou a criação de um fundo de R\$ 6,5 bilhões para recuperar a infraestrutura do estado. O anúncio foi feito nesta sexta-feira na residência oficial da Granja do Torto, em Brasília, onde o presidente se recupera das cirurgias na cabeça.

Lula estava acompanhado dos ministros das Cidades, Jader Filho; da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Paulo Pimenta; e da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Com o nome oficial de Fundo de Apoio à Requalificação e Recuperação de Infraestruturas Devido a Eventos Climáticos Extremos, o fundo recebeu recursos do Ministério das Cidades, abertos por meio de crédito extraordinário da Medida Provisória (MP) 1.282, publicada na última terça-feira.

CÂMARA

Ao STF, Lira defende emendas apadrinhadas

KARINA FERREIRA/AE

A Câmara dos Deputados enviou um documento ao Supremo Tribunal Federal (STF) nesta sexta-feira, em resposta à determinação do ministro Flávio Dino, que bloqueou R\$ 4,2 bilhões em emendas parlamentares na última segunda-feira, alegando falta de transparência.

A argumentação da Casa é de que os parlamentares agiram de boa-fé, respeitando a legislação vigente e interpretações jurídicas oficiais do poder Executivo, e que a aprovação das emendas ocorreu de forma transparente.

O documento cita que o procedimento adotado pelos líderes da Câmara, com a assinatura de 17 líderes de bancadas, foi considerado legal e conforme a decisão da Corte por diversos órgãos do governo, citando pareceres da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Casa Civil, além da análise de quatro ministérios - Fazenda, Planejamento e Orçamento, Gestão e Inovação e Relações Institucionais.

Ao determinar a suspensão, Dino avalia que houve um "apa-

drinhamento" das emendas pelos líderes partidários, o que, na prática, impede a identificação dos parlamentares que efetivamente fizeram os pedidos de distribuição.

Outro ponto trazido em "defesa" pelos parlamentares é de que a suspensão das atividades das comissões entre 12 e 20 de dezembro ocorreu para que o plenário votasse as matérias de corte de gastos, e que a prática é prevista no regulamento interno.

Na decisão de Dino, o ministro afastou a possibilidade da criação das "emendas de líder partidário". "Não há qualquer óbice a que os líderes partidários sugiram emendas às comissões da Câmara e do Senado. No entanto, não há fundamento constitucional para que detenham monopólio na indicação. É um imperativo constitucional que qualquer parlamentar membro da comissão seja reconhecido como autêntico legitimado para indicar emendas. Constituiria uma incompatibilidade constitucional e semântica que a 'emenda de comissão' fosse transformada

em 'emenda de líder partidário'", escreveu Dino.

Em resposta, a Casa presidida por Arthur Lira (PP-AL) afirmou que o ofício encaminhado pelos líderes ao Executivo apenas ratificou as indicações de emendas já aprovadas pelas comissões, e não serviu para a "criação ou aprovação de novas emendas à revelia das Comissões".

A advocacia da Câmara ainda argumentou que o bloqueio dos recursos pode causar danos a políticas públicas da saúde, uma vez que a execução pelo Ministério da Saúde teria afetado volume maior de recursos do que o previsto na decisão judicial.

Além da suspensão das emendas, Dino também determinou a abertura de um inquérito pela Polícia Federal para investigar a captura das emendas de comissão. Segundo o ministro, em uma primeira análise, os fatos "desbordam, em muito, da Constituição, pois não se trata de normal exercício de autonomia institucional ou de saudável celebração de pactos políticos".

ENERGIA

Bandeira tarifária de janeiro será verde

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

A melhora das condições de geração de energia, em especial devido às chuvas que elevaram os níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas, garantiram a manutenção da bandeira tarifária verde para o mês de janeiro de 2025. Com isso, não será cobrado valor adicional nas contas de luz dos brasileiros, informou a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

"A bandeira tarifária permaneceu verde de abril de 2022 até julho de 2024. A boa notícia se repetiu em dezembro de 2024 e será mantida em janeiro de 2025 devido a permanência das condições favoráveis de geração de energia no país", justificou a Aneel.

De acordo com a agência, os níveis dos reservatórios aumentaram com a chegada do período chuvoso, o que resultou em aumento da geração das usinas hidrelétricas. "Desse modo, se aciona menos em-

preendimentos com energia mais cara, como é o caso das usinas termelétricas", acrescentou em nota divulgada nesta sexta-feira.

Criadas em 2015 pela Aneel, as bandeiras tarifárias refletem os custos variáveis da geração de energia elétrica. Divididas em níveis, as bandeiras indicam quanto está custando para o Sistema Interligado Nacional (SIN) gerar a energia usada nas casas, em estabelecimentos comerciais e nas indústrias.

Quando a conta de luz é calculada pela bandeira verde, não há nenhum acréscimo. Quando são aplicadas as bandeiras vermelha ou amarela, a conta sofre acréscimos de R\$ 1,885 (bandeira amarela), R\$ 4,463 (bandeira vermelha patamar 1) e R\$ 7,877 (bandeira vermelha patamar 2) a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. De setembro de 2021 a 15 de abril de 2022, vigorou uma bandeira de escassez hídrica de R\$ 14,20 extras a cada 100 kWh.

Nota

GOVERNO ADIA EM SEIS MESES A FISCALIZAÇÃO DE CACS PELA POLÍCIA FEDERAL

A emissão do registro e a fiscalização das licenças de Colecionadores, Atiradores desportivos e Caçadores (CACs) pela Polícia Federal (PF) vai começar efetivamente no dia 1º de julho do ano que vem. A nova data consta em portaria conjunta assinada pelos ministros da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, e da Defesa, José Múcio Monteiro, publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira. Atualmente, o registro e a fiscalização são feitos pelo Exército, mas um decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de 2023 determinou que a atividade passaria para a PF a partir de 1º de janeiro de 2025, prazo agora adiado em mais seis meses. Até o momento, cerca de 200 servidores da PF já passaram por treinamento para atuarem na fiscalização. Outras formações serão realizadas nos próximos meses, informou o órgão. No início deste mês, diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, já havia dito que a instituição não poderia fazer esse trabalho ainda por falta de recursos e de pessoal. Até a efetiva transferência da competência para a PF, a responsabilidade pela ação seguirá com o Exército Brasileiro.

IMPOSTOS

Pagamento em cota única do IPTU 2025 terá desconto de 7%

A Prefeitura do Rio publicou no Diário Oficial desta sexta-feira o cronograma de pagamento do IPTU 2025. Os contribuintes terão até o dia 7 de fevereiro para pagar a cota única ou a primeira parcela do imposto predial. Os que optarem pelo pagamento em cota única terão desconto de 7%, mesmo percentual concedido em 2024.

O valor do imposto predial será corrigido pela inflação acumulada do ano, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - Especial (IPCA-E), que será divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O envio das guias de pagamento da cota única e da primeira cota do IPTU 2025 para as casas dos contribuintes será feito pelos Correios a partir do dia 13 de janeiro. As guias também poderão ser emitidas de forma on-line, a partir de 21 de janeiro, tanto no site Carioca Digital, quanto no aplicativo do Carioca Digital, disponível para iOS e Android. É possível baixar e imprimir de uma só vez todas as parcelas para serem pagas mensalmente, sem a necessidade de acessar o site todos os meses.

Os contribuintes também poderão solicitar a guia nos Postos de Atendimento do IPTU. Para realizar o procedimento, pela internet ou de forma presencial, é necessário informar o número da inscrição do imóvel, identificado no carnê do IPTU de anos anteriores.

Para a comodidade dos cariocas, o imposto pode ser pago em débito automático. Esta modalidade de pagamento deve ser solicitada junto ao banco em que o contribuinte possui conta, com o código para débito automático que está disponível na guia do IPTU. A lista de bancos habilitados para o pagamento em débito automático está disponível no site da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento.

O município faz um alerta para que contribuintes fiquem atentos a golpes na internet. A Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento não envia comunicações ou boletins de pagamento aos contribuintes via Whatsapp ou SMS. O canal de atendimento da prefeitura para esclarecimento de dúvidas é a Central 1746, e o endereço para emissão da guia e das cotas do IPTU é o Carioca Digital.

PREVENÇÃO

Realengo terá obras para evitar enchentes

A Prefeitura do Rio apresentou seu projeto contra as enchentes para a região de Realengo, na Zona Oeste. As intervenções ocorrerão nos rios Piraquara e Catarino, e também está prevista a construção de um reservatório semelhante ao adotado na Praça da Bandeira, que beneficiará 215 mil pessoas.

"Esse é mais um esforço da Prefeitura do Rio em acabar com as enchentes na Zona Oeste. Já fizemos várias intervenções e temos outras em andamento, como as do Jardim Maravilha. Desde 2021, investimos R\$ 3,3 bilhões em 488 iniciativas de prevenção, manutenção, pronta resposta e aquisição de tecnologia para conter os efeitos das mudanças climáticas", disse o prefeito Eduardo Paes, ao destacar a importância da obra para Realengo, que sofre constantemente com enchentes.

O projeto para acabar com as enchentes na região de Realengo prevê a canalização de parte do Rio Catarino. A Rua Bernardo de Vasconcelos, a Avenida Santa Cruz e vias do entorno também serão contempladas com melhorias na rede de drenagem.

Já o Rio Piraquara, além de ser canalizado e desassoreado, ganhará um reservatório que terá capacidade semelhante à da estrutura existente na Praça da Bandeira: 18 milhões de litros de água, que equivalem a 18 mil caixas d'água de 1.000 litros.

A primeira fase das obras foi licitada, está em contratação e tem investimento de R\$ 45,4 milhões. Nesta etapa está prevista a construção de novas redes de drenagem na Rua Bernardo de Vasconcelos e na Avenida Santa Cruz. A calha do Rio Catarino também será reforçada no trecho da Rua Barão do Triunfo. Esta via e outras receberão melhorias na rede de drenagem, como a Travessa do Imperador, Rua Petrópolis e Rua Baião. No total, mais de cinco quilômetros de novas galerias pluviais serão implantados na região.

A segunda etapa das obras receberá investimentos de R\$ 60,9 milhões e está em negociação com a Caixa Econômi-

ca. Esta fase inclui a construção do reservatório que ocupará a área sob uma praça do bairro, que será reconstruída e devolvida à população.

Nesta gestão, outras obras e serviços de prevenção a alagamentos foram realizados na região de Realengo. Em setembro deste ano, a Fundação Rio-Águas iniciou mais uma obra de drenagem nas ruas Maragipe e Abuara, na Comunidade do Batan.

Também está prevista no projeto a execução de uma nova rede de drenagem no trecho da travessia sob a Avenida Brasil desaguando no Rio Marinho. Ao todo, serão implantados 730 metros de rede, além de pavimentação e passeio. A obra tem previsão de conclusão no primeiro semestre de 2025.

Em maio deste ano, a Prefeitura entregou a obra de drenagem na Rua Helianto e nas proximidades da Praça do Skate, em Padre Miguel, na Zona Oeste. Para reduzir alagamentos, uma nova rede de drenagem foi construída na rua, com extensão de 152 metros, e a calha do Rio Catarino teve parte recuperada, próximo à Praça do Skate. Foram 126 metros de muro de contenção do rio reconstruídos.

Ainda em 2024 foram concluídas obras de recuperação das margens dos rios Piraquara e Caranguejo, em Realengo. Ao todo, mais de 260 metros de muro de contenção dos rios foram recuperados, em concreto e por método gabião.

Já, em 2023, foram entregues intervenções na Rua São Dagoberto e vias do entorno, na Comunidade do Batan, onde foram implantados aproximadamente 400 metros de rede de drenagem.

A Fundação Rio-Águas atuou ainda nos rios da região de Realengo e Bangu de forma permanente com serviços de limpeza e desassoreamento. Somente este ano, foram beneficiados mais de 30 quilômetros de canais da região, dos quais foram retiradas mais de 54 mil toneladas de material do fundo dos canais, o que equivale a cerca de 4.500 caminhões cheios, com capacidade para 12 toneladas.

INVESTIGAÇÃO

Cazaquistão: míssil russo pode ter derrubado avião

AGÊNCIA ESTADO

Investigadores e especialistas dos Estados Unidos e do Azerbaijão passaram a se concentrar na possibilidade de um míssil do sistema de defesa aérea da Rússia ter atingido o avião da Azerbaijan Airlines, que caiu no Cazaquistão no dia de Natal, matando 38 pessoas. Rússia e Cazaquistão tentaram minimizar as especulações. Assim como o Azerbaijão, eles conduzem investigações criminais, que terão apoio do Brasil, já que o avião foi fabricado pela Embraer.

Especialistas em aviação questionam a alegação de uma agência russa de aviação de que a aeronave se chocou com um bando de pássaros e por isso precisou fazer um pouso de emergência a cerca de 434 quilômetros de seu destino inicial. O avião partiu da capital do Azerbaijão, Baku, e seguia para Grozny, na Rússia. No entanto, o acidente ocorreu perto de Aktau, no Cazaquistão, do outro lado do Mar Cáspio.

Segundo os especialistas, as imagens do local do acidente mostram buracos na fuselagem do avião que dificilmente teriam sido causados por pássaros. Agências de notícias russas também chegaram a atribuir a queda a problemas com neblina, o que também não explicaria os danos citados.

A aeronave voava no momento em que ataques de drones ocorriam ao redor de Grozny e os

sistemas de defesa aérea russos estavam respondendo, de acordo com relatos da mídia local. A aeronave foi obrigada a desviar a rota. Havia 62 passageiros e cinco tripulantes a bordo.

Segundo o jornal britânico Guardian, no mesmo dia do acidente houve especulação na mídia russa de que o avião poderia ter sido abatido pelo sistema antimísseis russo. Na quinta-feira, funcionários da inteligência americana, que falaram sob condição de anonimato, afirmaram que indicações preliminares mostravam que o avião foi abatido por um sistema antiaéreo russo, muito provavelmente por um míssil terra-ar, em um ato de imprudência, não uma ação deliberada, segundo o New York Times.

Dois azerbaijanos, com conhecimento do inquérito do governo, disseram à agência Reu-

Azerbaijan Airlines suspende voos para cidades da Rússia

A Azerbaijan Airlines anunciou nesta sexta-feira a suspensão de voos para mais cidades da Rússia, citando potenciais riscos à segurança após a queda de um de seus aviões de modelo Embraer 190, que matou 38 pessoas e deixou 29 feridos. A empresa continuará a operar voos para outras seis cidades russas, incluindo Moscou, São Petersburgo e Kazan.

Anteriormente, a companhia aérea havia cancelado voos de Baku para Grozny e Makhachkala. Agora, as rotas aéreas para Mineralnye Vody, Sochi, Volgograd, Ufa e Samara também foram suspensas. A Qazaq Air, do Cazaquistão, também anunciou nesta sexta-feira a suspensão de voos de Astana para a cidade russa de Yekaterinburg, nos Montes Urais, por um mês.

COMÉRCIO EXTERIOR

China pode limitar importação de carne bovina do Brasil

LEANDRO SILVEIRA/AE

O Ministério do Comércio da China anunciou nesta sexta-feira, em comunicado, o início de uma investigação sobre as importações de carne bovina, que pode resultar na adoção de ações para proteger a produção local, reduzindo as compras.

A medida foi motivada por um pedido formal de várias associações da pecuária chinesa, que alegaram um aumento significativo nas importações nos últimos anos e efeitos prejudiciais à indústria nacional.

De acordo com o comunicado oficial, as importações de carne bovina cresceram 64,93% entre 2019 e 2023 e mais que dobraram (106,28%) no primeiro semestre de 2024 em relação a igual período de 2019. O mercado doméstico viu sua participação cair, com as importações representando 43,87% da produção total no período analisado, ante 24,87% em 2019.

As associações afirmam que o aumento nas importações está diretamente ligado aos prejuízos sofridos pelos produtores chineses. Após análise preliminar, o

Ministério do Comércio considerou que as evidências apresentadas atendem aos requisitos legais para a abertura da investigação.

A apuração abrange o período de 1º de janeiro de 2019 a 30 de junho de 2024 e poderá incluir questionários e audiências com partes interessadas. As entidades afetadas têm até 20 dias para se registrar e apresentar comentários ou informações adicionais. A previsão é de que o processo seja concluído em até oito meses, com possibilidade de prorrogação em casos excepcionais.

A medida pode resultar na im-

metido a interferência de radar e falsificação de dados de GPS perto de Grozny, e durante parte de sua rota não enviou informações.

Segundo os dados disponíveis, o avião teve problemas com o controle de altitude, e o serviço citou imagens do local do acidente que mostrariam "danos por perfuração" em parte da aeronave. Interferências de radar podem ocorrer em regiões de conflito intenso, especialmente envolvendo drones.

A área ao redor de Grozny tem sido cenário de batalhas aéreas nas últimas semanas com drones, geralmente lançados pela Ucrânia, e mísseis disparados pelos russos. Uma autoridade da Chechênia disse que outro ataque de drones na região foi repellido naquele dia, embora autoridades federais não o tenham relatado.

plementação de salvaguardas para limitar ou tarifar as importações, com o objetivo de proteger a indústria local. A China é o principal destino da carne bovina brasileira, tendo comprado 1.212.721 toneladas de janeiro a novembro deste ano, alta de 11,1% ante igual período de 2023.

A receita no período cresceu 3,7%, para US\$ 5,424 bilhões. A participação chinesa no total exportado de carne bovina de janeiro a novembro representou 41,1% do volume total comercializado pelo país com o exterior e 45,1% considerando as receitas.

UNANIMIDADE

Parlamento da Coreia do Sul destituiu o presidente interino, Han Duck-soo

AGÊNCIA ESTADO

O Parlamento sul-coreano destituiu o primeiro-ministro Han Duck-soo do cargo de presidente interino nesta sexta-feira. De forma unânime, os 192 deputados presentes na sessão votaram a favor do impeachment de Han, afirmando que ele "participou ativamente na insurreição",

depois do seu antecessor, Yoon Suk-yeol, ter declarado lei marcial no país no início do mês.

Agora, o vice-primeiro-ministro e ministro das finanças, Choi Sang-mok, assume como o novo presidente interino da Coreia do Sul. Han será oficialmente destituído do cargo quando cópias do documento de impeachment forem entregues a ele e à Corte

Constitucional.

Han Duck-soo assumiu o cargo depois que o presidente Yoon foi destituído pelo parlamento devido a sua tentativa frustrada de impor a lei marcial no país no último dia 3. Controlado pela oposição, agora o parlamento vota pelo impeachment de Han, fato que aprofunda a crise política da Coreia do Sul.

Han Duck-soo assumiu o cargo de presidente interino no dia 14 deste mês, após a destituição de Yoon.

A oposição sul-coreana ameaçava removê-lo do cargo desde o início desta semana devido à recusa do interino em nomear juízes do Tribunal Constitucional para concluir o processo de remoção de seu antecessor do cargo.

Nota

MANMOHAN SINGH, EX-PRIMEIRO-MINISTRO DA ÍNDIA, MORRE AOS 92 ANOS

O ex-primeiro-ministro da Índia Manmohan Singh, amplamente reconhecido como o arquiteto do programa de reformas econômicas de seu país e de um importante acordo nuclear com os Estados Unidos, faleceu aos 92 anos. Singh foi internado no All India Institute of Medical Sciences em Nova Délhi na noite de quinta-feira, após sua saúde piorar devido a uma "perda súbita de consciência em casa", informou o hospital em comunicado. "Medidas de ressuscitação foram iniciadas imediatamente em casa. Ele foi levado à emergência médica, mas, apesar de todos os esforços, não pôde ser reanimado e foi declarado morto às 21h51",

informou o hospital. Singh estava sendo tratado por "condições médicas relacionadas à idade", disse o comunicado. Tecnicista de temperamento calmo, Singh tornou-se um dos primeiros-ministros mais longevos da Índia, com um mandato de 10 anos, e líder do Partido do Congresso na Câmara Alta do Parlamento, ganhando reputação como um homem de grande integridade pessoal. Ele foi escolhido para o cargo em 2004 por Sonia Gandhi, viúva do ex-primeiro-ministro Rajiv Gandhi, que foi assassinado. No entanto, sua imagem ilibada foi manchada por acusações de corrupção contra seus ministros. Singh foi reeleito em 2009, mas seu segundo mandato como primeiro-ministro foi marcado por escândalos financeiros e acusações de corrupção, especialmente relacionadas à organização dos Jogos da Commonwealth de 2010.